Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participações de forma indireta na Vale S.A. ("Vale"), direta e indireta na Valepar S.A. ("Valepar") e direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e na Litel B Participações S.A. ("Litel B"). A Litel e as controladas Litela e Litel B, são conjuntamente denominadas Grupo. O controlador em última instância da Companhia é a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Litel B e Litela são sociedades por ações de capital fechado, integralmente controladas pela Companhia, cujo objeto é a participação direta ou indireta no capital da Valepar.

A Valepar é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

A Companhia é signatária de instrumento particular de Acordo de Acionistas em conjunto com os demais acionistas da Valepar, o qual regula os respectivos direitos e obrigações decorrentes de sua condição de titulares da totalidade do capital social e, como tal, responsáveis pela eleição dos administradores da Valepar e por sua orientação para o fim de exercer o poder de controle em assembléias gerais e reuniões do Conselho de Administração, bem como o de buscar uma administração compartilhada da Vale.

A emissão dessas informações financeiras individuais da Companhia e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 29 de março de 2012.

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

Base de apresentação

Demonstrações financeiras consolidadas

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Accounting Standards Board - (IASB)* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee - (IFRIC)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e suas interpretações técnicas - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Demonstrações financeiras da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Na Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas e controladas em conjunto que de acordo com IFRS seria ao custo ou valor justo.

Consolidação

(b)

(a)

(b)

Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e as operações da Companhia e de suas controladas diretas Litela e Litel B para aqueles exercícios.

Empreendimentos controlados em conjunto

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus empreendimentos controlados em conjunto pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e seus empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (goodwill), integrar o valor contábil dos empreendimentos controlados em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, quando haja evidência de que o investimento possa estar deteriorado. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

As participações da Companhia nas suas controladas e na controlada em conjunto são as seguintes:

Controladas	% de participação no capital total
Diretas (consolidadas) Litela Participações S.A. Litel B Participações S.A.	100 100
Em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial) Valepar S.A. (*)	58,06
Indireta em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial) Vale S.A.	19,78

(*) Inclui 52,98% de participação direta e 5,08% de participação indireta através da Litela Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(c)

(a)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Transações e saldos

(b)

2.4

(a)

(b)

(c)

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas e operações de hedge de investimento líquido qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas operacionais.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

Ativos Financeiros

Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Ações resgatáveis ativas".

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

2.5

(i)

(ii)

(iii)

(iv)

(v)

(vi)

(vii)

(viii)

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- o Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment;
- o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável; ou
- se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

2.6

2.7

2.8

(a)

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

Ações resgatáveis ativas

As ações resgatáveis que a Companhia detém são reconhecidas como ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. O valor é registrado inicialmente ao seu valor justo líquido dos custos de transação. Prospectivamente, a remuneração fixa que é conferida aos seus titulares é reconhecida pelo método de custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Ações resgatáveis passivas

As ações resgatáveis passivas são reconhecidas inicialmente a valor justo. Prospectivamente, os custos financeiros, correspondentes à remuneração fixa, são reconhecidos pelo método de custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As ações resgatáveis são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento da receita

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.10 Destinação dos resultados e distribuição de remuneração aos acionistas

No encerramento do exercício, a Companhia destina seus resultados entre remuneração aos acionistas e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a Companhia pode utilizar a modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

2.11 Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.12 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

(a)

contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis.

Pronunciamentos contábeis

Mudança de prática contábil

As informações financeiras dos exercício findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estão sendo impactadas pela adoção do CPC 19 (R1) aprovados pela deliberação CVM nº 666 de 04 de agosto de 2011. O Grupo passou a adotar o método de equivalência patrimonial para a contabilização do investimento em entidade onde tem controle compartilhado a partir de 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, os investimentos na Vale e Valepar deixam de ser consolidados proporcionalmente.

Para fins de comparação, os balanços em 1º de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 foram reapresentados. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

					C	<u>controladora</u>
	31 de dezembro de 2010				1º de jan	eiro de 2010
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
Ativo						
Circulante	1.070		1.070	983		983
Não circulante	21.217	<u>(77</u>)	21.140	16.658		16.658
Total do ativo	22.287		22.210	17.641		17.641
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	2.232		2.232	1.060		1.060
Não circulante	1.272		1.272	1.500		1.500
Patrimônio líquido	18.783	<u>(77</u>)	18.706	15.081		15.081
Total do passivo e patrimônio líquido	22.287	<u>(77</u>)	22.210	17.641		17.641

Não ocorreram alterações nas demonstrações do resultado da controladora.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

					C	onsolidado
	31 de dezembro de 2010				1º de jane	iro de 2010
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
Ativo	00	(0-)			((-(-)	-/-
Circulante Não circulante	10.988 33.700	(9.987) (12.435)	1.001 21.265	7.530 29.956	(6.563) (13.279)	967 16.677
Não circulante	33./00	(12.435)	21.205	29.950	(13.2/9)	10.0//
Total do ativo	44.688	(22.422)	22.266	37.486	(19.842)	17.644
	-	 -				
Passivo e patrimônio líquido		()	00		(- 00-)	(-
Circulante Não circulante	7.579	(5.291)	2.288	3.945	(2.882)	1.063
	17.234	(15.962)	1.272	16.695	(15.195)	1.500
Patrimônio líquido	19.875	(1.169)	18.706	16.846	(1.76 <u>5</u>)	15.081
Total do passivo e patrimônio líquido	44.688	(22.422)	22.266	37.486	(19.842)	17.644
Resultado						
Receita	16.003	(16.003)				
Custo das vendas	(6.490)	6.490				
Despesas operacionais	(1.902)	1.849	(53)			
Resultado financeiro	(1.172)	1.213	41			
Participações societárias	(12)	4.932	4.920			
IR/CS	(1.408)	1.408				
Resultado de operações descontinuadas	(43)	43				
Lucro líquido do exercício	4.976	(68)	4.908			
Lucro básico e diluído por ação	20,14	(2,33)	17,81			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

(b)

Novos pronunciamentos

À exceção das mudanças descritas parágrafo anterior, não foram adotados novos pronunciamentos contábeis emitidos no período. A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações financeiras, os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção destes pronunciamentos.

Pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou atualizados pelo IASB e ainda não referendados pela CVM, consequentemente, não adotados pela Companhia:

IAS 01 - Apresentação das demonstrações contábeis

IAS 19 - Benefícios a empregados

IAS 27 - Demonstrações contábeis separadas

IAS 28 - Investimentos em coligadas e joint ventures

IFRS 09 - Instrumentos financeiros

IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas

IFRS 11 - Acordos em conjuntos

IFRS 12 - Divulgação de investimento em outras entidades

IFRS 13 - Mensuração de valor justo

IFRIC 20 - Custos de remoção de estéril na fase de produção em mineração de superfície

Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora				Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Aplicações financeiras	18	1	3	37	29	24
	18	1	3	37	29	24

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e em aplicações em fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.(Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

Tributos a recuperar ou compensar

		Controladora				Consolidado		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010		
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores IRRF sobre recebimentos de JCP IRRF sobre aplicações financeiras Antecipações de IRPJ e CSLL	405 195 2 12	358 80 <u>1</u>	329 52	405 215 2 13	359 110 <u>1</u>	329 55		
	614	439	381	635	470	384		

Investimentos

Investimentos - controladora

	Em 31 de dezembro de 2011			
	Litela	Litel B	Valepar	Total
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência Percentual de participação direta	100%	100%	52,98%	
Patrimônio liquido ajustado	2.647	1	44.977	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	557	(1)	11.164	
Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício	1.958	2	17.538	19.498
Equivalência patrimonial	557	(1)	5.915	6.471
Dividendos e Juros sobre o capital próprio propostos/a receber	(19)		(1.197)	(1.216)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	151		1.575	1.726
	2.647	1	23.831	26.479
Ágio sobre investimento			370	370
Total de investimentos	2.647	1	24.201	26.849

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

	Em 31 de dezembro de 2010			
	Litela	Litel B	Valepar	Total
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência Percentual de participação direta	100%	100%	52,98%	
Patrimônio liquido ajustado	1.958	2	33.099	
Lucro líquido do exercício	427		8.481	
Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício	1.643	2	13.143	14.788
Equivalência patrimonial	427		4.493	4.920
Reversão de renumeração proposta			262	262
Dividendos e Juros sobre o capital próprio propostos/a receber	(101)		(253)	(354)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	(11)		(107)	(118)
	1.958	2	17.538	19.498
Ágio sobre investimento			370	370
Total de investimentos	1.958	2	17.908	19.868
		E	m 1º de janei	ro de 2010
	<u>Litela</u>	E Litel B	m 1º de janei <u>Valepar</u>	ro de 2010 Total
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência Percentual de participação direta	Litela			
		Litel B	Valepar	
Percentual de participação direta	100%	Litel B	Valepar 52,98%	
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado	1.643	100%	Valepar 52,98% 24.807	
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos	100% 1.643 110	100% 2 1	Valepar 52,98% 24.807 2.212	Total
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício	100% 1.643 110 1.711	100% 2 1	Valepar 52,98% 24.807 2.212 13.629	Total
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial	100% 1.643 110 1.711	100% 2 1	Valepar 52,98% 24.807 2.212 13.629 1.172	15.341 1.283
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Reversão de renumeração proposta Dividendos e Juros sobre o capital	1.643 1.711 110	100% 2 1	Valepar 52,98% 24.807 2.212 13.629 1.172 487	15.341 1.283 487
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Reversão de renumeração proposta Dividendos e Juros sobre o capital próprio propostos/a receber Ajustes de avaliação patrimonial -	1.643 1.711 110 (26)	100% 2 1	Valepar 52,98% 24.807 2.212 13.629 1.172 487 (553)	15.341 1.283 487 (579)
Percentual de participação direta Patrimônio líquido ajustado Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Reversão de renumeração proposta Dividendos e Juros sobre o capital próprio propostos/a receber Ajustes de avaliação patrimonial -	100% 1.643 110 1.711 110 (26) (152)	100% 2 1 1	Valepar 52,98% 24.807 2.212 13.629 1.172 487 (553) (1.592)	15.341 1.283 487 (579) (1.744)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Informações sobre os investimentos - controladora

Valepar S.A.

(a)

(i)

O objeto social da Valepar é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possui 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 ações preferenciais representativas de 33,28% do capital total e 53,48% do capital votante, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, em julho de 2008, a Valepar adquiriu 168.187 mil ações, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

As ações da Valepar não são negociadas em Bolsa de Valores. As demonstrações financeiras da Valepar foram auditadas por nossos auditores independentes, cujo parecer foi emitido sem ressalva em 29 de fevereiro de 2012.

O capital social da Valepar é dividido em 1.718.204 mil ações sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, 281.281 mil ações preferenciais classe A, 47.601 mil ações preferenciais classe B e 88.416 mil mil ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal.

O investimento direto da Litel na Valepar corresponde a 838.309 mil ações representativas de 48,79% do capital total da Valepar e 52,98% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis que para fins contábeis são tratadas como instrumento de dívida.

Em julho de 2008, a Valepar emitiu 136.017 mil ações preferenciais resgatáveis, sendo 47.601 mil ações preferenciais Classe B e 88.416 mil ações preferenciais Classe C, a fim de captar recursos para a participação na Oferta Global de Ações da Vale. A Litel B Participações S.A. adquiriu 25.862 mil ações preferenciais resgatáveis da Classe C emitidas pela Valepar S.A.

(ii) Litela Participações S.A.

Corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Valepar, da qual possui 80.417 mil ações preferenciais classe A, representativas de 4,68% do capital total em 2009 e 5,08% do capital total exluindo-se as ações resgatáveis, adquiridas através da compra das ações integrantes do lotes de ações ofertados pela Sweet River Investments, Ltd.

Em 31 de dezembro de 2011, a Litela propôs pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 19.

(iii) Litel B Participações S.A.

Em 3 de julho de 2008, a Litel adquiriu 799 ações (setecentas e noventa e nove ações) da companhia Thera Participações S.A. representativas de 100% de seu capital social, e na mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária alterou a razão social da companhia que passou a ser denominada Litel B Participações S.A. no valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais). O objeto da Companhia é o de participar como acionista na emissão das ações preferências resgatáveis da Classe C da Valepar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

(i)

Ações resgatáveis - ativo

Em 10 de julho de 2008, foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Litel B, a emissão de ações preferenciais resgatáveis classe A no montante de R\$ 1.500 mediante a emissão de 7.772 mil ações nessa forma. A Companhia subscreveu a totalidade destas ações com os recursos aportados pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI com o objetivo de captar recursos para aquisição de ações resgatáveis emitidas pela Valepar.

As características das ações preferenciais resgatáveis classe A, emitidas pela Litel B são as seguintes:

- Direito pleno de voto nas assembléias gerais da Controlada Litel B.
- Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

 $Parâmetro Pré=\{(1+TaxaPré)^{(N/252)}-1\}.$

São resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da controlada Litel B.

Data do resgate	Quantidade	Valor
5 de maio de 2012	471.132	91
5 de novembro de 2012	471.132	91
5 de maio de 2013	544.088	105
5 de novembro de 2013	544.088	105
5 de maio de 2014	1.432.632	276
5 de novembro de 2014	1.432.632	276
5 de maio de 2015	847.640	164
5 de novembro de 2015	847.640	164
	6.590.984	1.272
Ativo circulante	<u> </u>	182
Ativo não circulante	==	1.090

Os recursos aportados na Litel B foram integralmente utilizados na controlada em conjunto Valepar que também emitiu ações preferenciais resgatáveis com direito a dividendo fixo cumulativo. O objetivo final desta operação foi manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Investimentos - consolidado

Valepar S.A.

(b)

(i)

(i)

	31 de	31 de	1º de
	dezembro	dezembro	janeiro
	de 2011	de 2010	de 2010
Valepar	23.831	17.538	13.143
Valepar (participação indireta no investimento da Litela)	2.286	1.682	1.261
	26.117	19.220	14.404
Ágio sobre o investimento da Litel na Valepar	370	370	370
Ágio sobre o investimento da Litela na Valepar	403	403	403
	773	773	773
	26.890	19.993	15.177

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado estando, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Ações resgatáveis - ativo

As ações resgatáveis emitidas pela Valepar aportadas na Companhia correspondem a 21.932 mil (25.862 mil em 31 de dezembro de 2010) ações preferenciais resgatáveis da Classe C adquiridas em julho de 2008 e que representam 29,25% das ações desta classe emitidas pela Valepar.

As características das ações preferenciais resgatáveis da Classe C, são as seguintes:

- Não possuem direito a voto nas assembleias gerais da Valepar, exceto nas hipóteses previstas em Lei.
- Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais).

Parâmetro $Pr\acute{e}=\{(1+TaxaPr\acute{e})^{(N/252)}-1\}.$

São resgatáveis semestralmente e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

8

(i)

Data do resgate	Quantidade	Valor
5 de maio de 2012	1.567.733	91
5 de novembro de 2012	1.567.733	91
5 de maio de 2013	1.810.500	105
5 de novembro de 2013	1.810.500	105
5 de maio de 2014	4.767.207	276
5 de novembro de 2014	4.767.207	276
5 de maio de 2015	2.820.594	164
5 de novembro de 2015	2.820.594	164
	21.932.068	1.272
Ativo circulante		182
Ativo não circulante		1.090

Ações preferenciais resgatáveis Classe C

A Companhia, com o objetivo de manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar, emitiu 7.772 .020 ações preferenciais resgatáveis Classe C com direito a dividendo fixo cumulativo, que foram subscritas em sua totalidade pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ao valor unitário de R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais). O valor total da captação correspondeu ao montante de R\$ 1.500 que foram aportados, na mesma data, em sua controlada Litel B, sendo que essa última repassou esses recursos para Valepar, também na forma de ações preferenciais resgatáveis. As ações preferenciais resgatáveis Classe C tem como características principais:

Conferem aos seus titulares todos os direitos atribuídos pelo estatuto social às ações ordinária da Companhia, com exceção do direito de voto.

Adicionalmente está assegurado o direito a voto nas ocasiões previstas em Lei.

(ii) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009 (em maio e em novembro), correspondente a uma taxa pré-fixada de 16% a.a. O valor a ser pago em cada semestre será o valor em reais equivalente ao Parâmetro Pré (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais) e está limitado ao valor efetivamente recebido pela Companhia a título de dividendos fixos cumulativos a serem distribuídos pela controlada Litel B.

Parâmetro Pré={(1+TaxaPré)(N/252)-1}.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

(iii)

(iv)

(v)

Serão resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Companhia:

Data do resgate	<u>Quantidade</u>	Valor
5 de maio de 2012	471.132	91
5 de novembro de 2012	471.132	91
5 de maio de 2013	544.088	105
5 de novembro de 2013	544.088	105
5 de maio de 2014	1.432.632	276
5 de novembro de 2014	1.432.632	276
5 de maio de 2015	847.640	164
5 de novembro de 2015	847.640	164
	6.590.984	1.272
Passivo circulante	-	182
Passivo não circulante	_	1.090

- Na primeira vez em que a Companhia descumprir as obrigações de pagamento dos dividendos fixos cumulativos e/ou de resgate parcial das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas estabelecidas, o valor programado e não pago ou resgatado, apurado na data em que se configurou o respectivo descumprimento, será equivalente à "Taxa Pré" definida no item anterior, e acrescido de 2% ao ano, até a data do efetivo pagamento integral do valor programado e não pago ou resgatado. Caso o valor programado e não pago ou resgatado não seja pago ou resgatado integralmente até a próxima data de pagamento prevista no primeiro descumprimento, caracterizará um segundo descumprimento, pelo qual serão aplicadas as regras previstas no item abaixo.
- A partir do segundo descumprimento, consecutivo ou não, em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos cumulativos e/ou deixar de resgatar qualquer lote das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas previstos:

A "Taxa Pré", definida no item acima, de cada período subsequente a um período no qual não haja realização de um pagamento programado às "Ações Preferenciais Classe C", seja a título de dividendos fixos cumulativos ou de resgate, será majorado em 2% (dois por cento) ao ano, aplicado para o período compreendido entre a data em que se configurou o segundo inadimplemento em questão e o seu pagamento integral.

O valor dos dividendos fixos cumulativos e/ou resgate não realizados na data programada será:

Apurado na data em que se configurou o respectivo não pagamento.

A partir de então, e até o seu pagamento integral, corrigido pelo maior valor entre a "Taxa Pré" acrescida de 2% (dois por cento ao ano) e a taxa de remuneração em reais equivalente ao rendimento anual médio do título de emissão da Vale vincendo em 2036 (cód. ISIN: US91911TAH68), rendimento este calculado sobre o período de observação de 5 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data em que o pagamento do dividendo fixo cumulativo e/ou resgate deveriam ter sido realizados, com base na cotação média fornecida por 3 (três) bancos de primeira linha, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

(vi)

(a)

Os valores a serem pagos às ações preferenciais Classe C, por força do disposto acima, constituirão um acréscimo ao dividendo fixo cumulativo a que fizerem jus os acionistas preferenciais dessa classe de ações.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 5 de maio de 2011 e 31 de outubro de 2011, foram aprovados os resgates parciais de ações preferenciais da Companhia (590.518 ações ao valor unitário de R\$ 193,00). Em cada aprovação, o acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI fez jus ao montante de R\$ 114.

Tributos e contribuições a pagar

		Controladora				Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
IRPJ e CSLL Pis e Cofins incidentes sobre juros sobre o capital próprio IRRF incidentes sobre juros sobre o capital próprio	5 59	1	1	24 65 8	55 2	2 1 1
	64	1	1	97	57	4

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 31 de dezembro 2011 é composto por 275.514.299 ações (275.514.299 ações em dezembro de 2010), sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia.

Os acionistas em 31 de dezembro 2011 são os seguintes:

	Quantidade de aç					le de ações		
Acionistas	ON	<u>%</u>	PNA	<u>%</u>	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações								
Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.071	78	103	14	28.385.274	100	222.125.448	81
Fundo de Investimento em								
Ações Carteira Ativa II	53.387.982	22	43	6			53.388.025	19
Caixa de Previdência dos Funcionários								
do Banco do Brasil - PREVI	19		146	20			165	
Fundação Petrobrás de Seguridade								
Social - PETROS	73		146	20			219	
Fundação dos Economiários								
Federais - FUNCEF	73		146	20			219	
Fundação CESP	73		146	20			219	
Conselheiros	4						4	
	247.128.345	100	730	100	28.385.274	100	275.514.299	100

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

(b) Reserva legal

(c)

(d)

(e)

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social.

Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O saldo remanescente do resultado, após as distribuições propostas ou aprovadas em Assembleia, é destinado à Reserva de Lucros - Expansão/investimento. Essa reserva está sendo constituída, ad referendum da AGO, em conformidade com o plano de investimento de sua controlada em conjunto indireta Vale.

O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Valepar. A administração acredita que os dividendos adicionais a serem recebidos de Valepar no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A movimentação dos proventos a distribuir sobre as ações ON, PNA e PNB está composta da seguinte forma:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010		
Saldo inicial	1.965	1.001		
Pagamentos efetuados Dividendos mínimos obrigatórios	(427) 225	(202) 1.166		
Saldo final	1.763	1.965		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

11

Dividendos mínimos obrigatórios:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	6.389	4.908
Constituição da reserva legal (5%)	(320)	(245)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.471)	
Deliberações Valepar à Litel (valor bruto)	1.197	
Deliberações Litela à Litel (valor bruto)	105	
Base de cálculo dos dividendos	900	4.664
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(22 <u>5</u>)	(1.166)

Despesas operacionais e resultado financeiro

As despesas são demonstradas nos quadros como segue:

		Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	
Despesas gerais e administrativas					
Serviços (Consultoria, infraestrutura e outros) Tributos e Contribuições Outras	5 127	3 49 1	6 150 1	4 78 1	
Total	132	53	157	83	
		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	
Despesas financeiras Empréstimos obtidos Ações resgatáveis passivo	(1) (196) (197)	(179)	(1) (196) (197)	(179) (179)	
Receitas financeiras Aplicações financeiras Variações monetárias e cambiais Ações resgatáveis ativo	8 37 206	1 28 191	11 37 236	2 28 271	
	251	220	284	301	
Resultado financeiro líquido	54	41	87	122	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhões de reais

Contingências

12

13

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável.

Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número especifico de ações ordinárias da Valepar S.A., e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença final, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estão obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Elétron contra o pagamento de R\$ 632 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, correspondia a aproximadamente R\$ 133, devidamente corrigidos pelo CDI desde a data de sua distribuição até a data de seu efetivo pagamento. A Litel, através de seus advogados, ingressou com ação anulatória da sentença parcial e os mesmos entendem que o prognóstico de êxito na referida ação anulatória é possível e tal êxito significaria a extinção das obrigações decorrentes de todo procedimento arbitral. Adicionalmente, no caso de um desfecho desfavorável na ação anulatória, a Litel considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações financeiras não deve ultrapassar a 2% do seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011.

Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não tem quaisquer saldos e (ou) transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a empresa mantém uma relação comercial.

A remuneração dos administradores da companhia foi paga integralmente pelo acionista, sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria companhia e incentivos de longo prazo.

* * *